**A DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
DE 2015: PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA, COMPETÊNCIA, E
PRONUNCIAMENTO QUE A DECRETA¹**

***THE PARTIAL DISSOLUTION OF THE COMPANY IN THE CIVIL PROCEDURE
CODE OF 2015: PRINCIPLE OF PRESERVATION OF THE COMPANY,
JURISDICTION, AND JUDICIAL DECISION THAT DECREES IT***

Rodrigo Mazzei

Pós-doutorado pela UFES, Doutor pela FADISP e Mestre pela PUC-SP. Professor da graduação e do mestrado da UFES. Advogado. Vitória/ES. E-mail: reismazzei@gmail.com

Tiago Figueiredo Gonçalves

Doutor e Mestre pela PUC/SP. Professor da graduação e do mestrado da UFES. Professor do UNESC. Advogado.

RESUMO: O texto tem por objeto o estudo do procedimento da dissolução parcial de sociedade, regulado entre os arts. 599 e 609 do CPC/15. Mais especificamente, centra-se a análise no princípio da preservação da empresa, como fundamento para a tutela voltada à dissolução parcial da sociedade, na competência para o processamento e o julgamento da ação de dissolução parcial, e no pronunciamento que decreta a dissolução parcial e que determina a apuração de haveres.

PALAVRAS-CHAVE: Dissolução parcial de sociedade. Preservação da empresa. Competência. Pronunciamento que a decreta.

ABSTRACT: The text aims to study the procedure for the partial dissolution of a company, regulated between arts. 599 and 609 of CPC/15. More specifically, that analysis

¹ Artigo recebido em 14/07/2020 e aprovado em 05/08/2020.

focuses on the principle of preservation of the company, as a basis for the protection aimed at the partial dissolution of the company, on the jurisdiction to process and judge the partial dissolution action, and on the judicial decision that decrees the partial dissolution and which determines the verification of assets.

KEY WORDS: Partial dissolution of a company. Preservation of the company. Jurisdiction. Judicial decision that decrees it.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A dissolução parcial e o princípio da preservação da empresa. 3. Competência. 4. Pronunciamento que decreta a dissolução parcial e que determina a apuração de haveres. 4.1. Natureza. 4.2. Conteúdo. 4.2.1. Fixação do termo inicial do desfazimento da sociedade. 4.2.1.1. Participação nos lucros ou juros sobre capital próprio. Remuneração do administrador. 4.2.1.2. Correção monetária e juros sobre valores apurados. 4.2.2. Definição do critério de apuração dos haveres. 4.2.3. Nomeação de perito. 4.2.4. Determinação para depósito da parte incontroversa. 4.3. Decisão no procedimento em que se pretende apenas a apuração dos haveres. 5. Conclusão. 6. Referências

1. Introdução

Em texto anteriormente publicado discorremos a respeito de alguns aspectos específicos relacionados à ação de dissolução parcial de sociedade. Muito especialmente, tratamos naquela oportunidade sobre: (i) as pretensões passíveis de serem veiculadas pelo procedimento especial de dissolução parcial; (ii) as sociedades empresárias que se sujeitam à dissolução parcial; (iii) quais são os legitimados ativos e passivos na ação de dissolução parcial.

Agora, mais uma vez, mediante o emprego de método hipotético-dedutivo, centrados em doutrina especializada e julgados de tribunais, voltamos à carga na análise da ação de dissolução parcial, especificamente para abordarmos alguns outros aspectos pontuais a ela relacionados, sem prejuízo de em oportunidade futura avançarmos na abordagem de outras questões que restarão pendentes, em trilogia de textos atinentes ao tema. Mais diretamente, no presente ensaio, discorreremos sobre: (i) o princípio da preservação da empresa como

fundamento para a admissão da dissolução parcial; (ii) a competência para o processamento e o julgamento da ação de dissolução parcial; e (iii) o pronunciamento que decreta a dissolução parcial e determina a apuração de haveres.

2. A dissolução parcial e o princípio da preservação da empresa

Aos explicitar no texto do art. 170² os princípios gerais da atividade econômica, a Constituição da República implicitamente confere proteção ao e resulta na afirmação do princípio da preservação da empresa. O interesse público na preservação da empresa é evidenciado ante a necessidade que se impõe ao Estado de proteção da dignidade da pessoa humana, muito particularmente com a manutenção ativa de postos de trabalho e com a valorização do trabalho, bem como na necessidade de manutenção da fonte de tributo e no atendimento da função social da propriedade.³ Decorre igualmente do reconhecimento implícito na Constituição de sua função social, que é expressão da afirmação da função social da propriedade (art. 5º, XX, da CF/88). Neste contexto, a proteção da empresa significa proteger interesses metaindividuais, “de toda a sociedade ou de parcela desta, potencialmente afetados pelo modo com que se empregam os bens de produção”⁴.

No plano infraconstitucional, a legislação empresarial reverbera o princípio, como quando, por exemplo, a Lei 11.105/2005, por seus arts. 47 e 75, pressupõe que na

2 Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
I - soberania nacional;
II - propriedade privada;
III - função social da propriedade;
IV - livre concorrência;
V - defesa do consumidor;
VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
VIII - busca do pleno emprego;
IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (BRASIL, 1988)

3 Como bem assinalado por Coelho (2010, p. 474): “em torno da exploração da atividade econômica, gravitam muitos interesses, não apenas os dos capitalistas (empreendedores e investidores)”.

⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial, volume 1: direito de empresa*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 75.

recuperação judicial e na falência se objetiva a preservação da empresa e a otimização da utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos.⁵ Não é dissímil o Código Civil, o qual, por seus arts. 1.028 a 1.032 e 1.085 e 1086, disciplina as hipóteses de dissolução parcial sob o título de resolução da sociedade em relação a um sócio, consagrando em texto normativo aquilo que os tribunais, a partir de construção doutrinária, vinham sedimentando em seus julgados, e com isso dá especial atenção ao princípio da preservação da empresa.

Tanto assim, que a partir de quando se passou a admitir a dissolução parcial da sociedade, os tribunais, tendo em conta os valores consagrados através do princípio da preservação da empresa, começaram a não mais deferir a dissolução total da sociedade a pedido de um dos sócios quando a este pedido os demais sócios fossem contrários⁶. No julgamento do Recurso Especial nº 507.490/RJ, o STJ veio então concluir não ser *extra petita* o julgamento que decreta a dissolução parcial quando a demanda veiculava tão somente pedido de dissolução total.⁷

5 Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Art. 75. A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a preservar e otimizar a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa. (BRASIL, 2005)

⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial, volume 2: direito de empresa*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 476.

⁷ I - RECURSO ESPECIAL. -SOCIEDADE ANÔNIMA - PEDIDO DE DISSOLUÇÃO INTEGRAL - SENTENÇA QUE DECRETA DISSOLUÇÃO PARCIAL E DETERMINA A APURAÇÃO DE HAVERES.- JULGAMENTO EXTRA PETITA - INEXISTÊNCIA. - Não é extra petita a sentença que decreta a dissolução parcial da sociedade anônima quando o autor pede sua dissolução integral. II - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO AUTOR. CONTROVÉRSIA. DEFINIÇÃO POSTERGADA À FASE DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DA ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA. 1. A Lei 6.404/76 exige que o pedido de dissolução da sociedade parta de quem detém pelo menos 5% do capital social. 2. Se o percentual da participação societária do autor é controvertido nos autos e sua definição foi remetida para a fase de liquidação da sentença, é impossível, em recurso especial, apreciar a alegação de ilegitimidade ativa. III - SOCIEDADE ANÔNIMA. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. 1. Normalmente não se decreta dissolução parcial de sociedade anônima: a Lei das S/A prevê formas específicas de retirada - voluntária ou não - do acionista dissidente. 2. Essa possibilidade é manifesta, quando a sociedade, embora formalmente anônima, funciona de fato como entidade familiar, em tudo semelhante à sociedade por cotas de responsabilidade limitada. IV - APURAÇÃO DE HAVERES DO ACIONISTA DISSIDENTE. SIMPLES REEMBOLSO REJEITADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. - Não merece exame a questão decidida pelo acórdão recorrido com base em mais de um fundamento suficiente, se todos eles não foram atacados especificamente no recurso especial. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 507.490/RJ*. Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, 19 de setembro de 2006.

Com razão Yarshell e Matos⁸ quando assinalam que a diferença entre o pedido de dissolução total e o pedido de dissolução parcial não é quantitativa, e sim qualitativa. Numa análise rigorosamente técnica, então, também é correta a conclusão a que chegam no sentido de ser *extra petita* a decisão que concede a dissolução parcial quando deduzido tão somente o pedido de dissolução total.

Parece-nos, contudo, que o resultado, ao menos de ordem prática, que o autor busca quando deduz pedido de dissolução total é alcançado quando a ele é concedida a dissolução parcial, enquanto, ao mesmo tempo, consegue-se manter a empresa em atividade. A concessão da dissolução parcial em hipótese que tal se sobressai quando o réu aduz, em sede de contestação (ainda que sem dedução de pedido reconvenicional), sobre a possibilidade da preservação da empresa, dado o interesse dos demais sócios na manutenção do vínculo societário. Assim, conquanto o princípio da demanda e o princípio da correlação (da congruência, da correspondência, ou da adstrição ao pedido) poderiam, aparentemente, conduzir à impossibilidade de concessão da dissolução parcial se deduzido tão somente pedido de dissolução integral, tais princípios cedem passo ao princípio da preservação da empresa, à regra da interpretação do pedido em conformidade com o conjunto da postulação (art. 322, § 2º),⁹ e à imposição que se coloca ao juiz de, quando da aplicação do ordenamento jurídico, atender aos fins sociais, com observância da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, e da eficiência (art. 8º).¹⁰

Do ponto de vista procedimental, não haveria nenhum obstáculo a que se concedesse a dissolução parcial, em demanda pela qual deduzido tão somente a dissolução total, na medida em que as maiores peculiaridades relacionadas ao procedimento da dissolução parcial dizem respeito à fase de apuração de haveres. Ademais, a despeito de o pedido de dissolução total se processar pelo procedimento comum,¹¹ incidem na hipótese as regras

⁸ YARSHELL, Flávio Luiz; MATOS, Felipe do Amaral. O procedimento especial de dissolução (parcial) de sociedade no projeto de CPC. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 224.

⁹ Art. 322. § 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé. (BRASIL, 2015)

¹⁰ Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência. (BRASIL, 2015)

¹¹ Já demonstrando preocupação com a opção do que era então o projeto de lei que culminou no CPC/15, Rossoni (ROSSONI, Igor Bimkowski. O procedimento de dissolução parcial de sociedade no PL 166/2010 (novo Código de Processo Civil). In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 333-350).

atinentes ao procedimento da dissolução parcial, como tivemos a oportunidade de assinalar anteriormente.¹²

Certo é que agora, no ambiente processual, a regulamentação do procedimento da dissolução parcial da sociedade no CPC/15, visando a tornar concreto o direito material à dissolução parcial,¹³ traz idênticos contornos, de modo que sua regulamentação deve ser

¹² “Se de um lado o CPC/15, com o regramento dos arts. 599 a 609, tentou solucionar o problema proveniente da ausência de procedimento judicial para a ação de dissolução parcial de sociedade, acabou por outro lado criando imbróglio no que diz ao procedimento para a ação de dissolução total. Com efeito, os arts. 599 a 609 são voltados exclusivamente para regulamentar o procedimento da ação de dissolução parcial de sociedade. Enquanto que o procedimento especial da ação de dissolução total previsto nos arts. 655 a 674 do CPC/39, que se encontrava em ultratividade em decorrência do art. 1.218 do CPC/73, agora restou substituído pelo procedimento comum, a teor do que dispõe o § 3º do art. 1.046 do CPC/15. Com isso, tem-se que, com a entrada em vigor do CPC/15, as ações de dissolução total de sociedade passam a observar as regras do procedimento comum. Parece-nos, contudo, ser possível que o magistrado utilize por apoio, naquilo que for compatível e útil, o regramento da ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609 do CPC/15) para a ação de dissolução total, muito especialmente o regramento atinente à apuração de haveres (arts. 604 a 609 do CPC/15), na medida em que a dissolução total acarreta nada mais nada menos que a necessidade de liquidação da sociedade. No mesmo sentido: THEODORO JÚNIOR Humberto. *Curso de direito processual civil – procedimentos especiais, vol. II*. 50. ed. rev., atual., e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 219. Esta possibilidade, a nosso sentir, encontra fundamento no art. 327, § 2º, do CPC/15, cujo *telos* permite aplicá-lo independentemente de se ter na hipótese uma cumulação de pedidos, não obstante sua construção seja precipuamente voltada para situações em que a cumulação ocorra. Este aproveitamento ou encarte de regras do procedimento especial da ação de dissolução parcial no procedimento comum que passa a ser utilizado na ação de dissolução total se justifica diante de peculiaridades do direito material a ser tutelado, às quais a aplicação direta e simples do procedimento comum não oferece solução. Interessante o entendimento sustentado por Ermiro Ferreira Netto, para quem, com fundamento no art. 599, III, do CPC/15, o procedimento da ação de dissolução parcial de sociedade se aplica também à dissolução total, na medida em que o objetivo da dissolução total é a apuração de haveres dos sócios. Afirma, verbo ad verbum: Nos termos do inciso III do art. 599, o procedimento de dissolução parcial deve ser aplicado também quando tiver por objeto somente a resolução ou a apuração de haveres. Posto nestes termos, não há aparentemente nenhum tipo de limite à aplicação do regulamento também às dissoluções totais, porquanto nestes casos estar-se-á tratando, justamente, apenas da apuração de haveres dos sócios. FERREIRA NETO, Ermiro. Notas sobre o procedimento de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil à luz do direito material. In: Fredie Didier Júnior; Marcos Ehrardt Júnior; Rodrigo Mazzei. (Org.). *Coleção Repercussões do Novo CPC*. 1ed. Salvador: Podivm, 2016, v. 14, p. 437-460, p. 453.” (MAZZEI; GONÇALVES, 2018, p. 511-527).
¹³ O STJ, em mais de uma ocasião, manifestou-se no sentido de reconhecer na dissolução parcial uma forma de tornar concreta a preservação da empresa: - A dissolução parcial de sociedade, segundo a jurisprudência do STJ, com a liquidação dos haveres do sócio retirante, é critério que tanto garante a apuração integral desses haveres, quanto preserva a continuidade da atividade social da empresa. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 49.336/SP*. Rel. Ministro Waldemar Zveiter, 29 de agosto de 1994. - Se um dos sócios de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada pretende dar-lhe continuidade, como na hipótese, mesmo contra a vontade da maioria, que busca a sua dissolução total, deve-se prestigiar o princípio da preservação da empresa, acolhendo-se o pedido de sua desconstituição apenas parcial, formulado por aquele, pois a sua continuidade ajusta-se ao interesse coletivo, por importar em geração de empregos, em pagamento de impostos, em promoção do desenvolvimento das comunidades em que se integra, e em outros benefícios gerais. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 61.278/SP*. Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, 25 de novembro de 1997.

compreendida com absoluta imersão nos valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição, como ademais preceituado no próprio Código por seu art. 1º.¹⁴

3. Competência

Em vista da disciplina trazida pelo CPC/15 em relação à matéria, como se vê de seu art. 601,¹⁵ a sociedade empresária deve figurar no processo em que se pretende a dissolução parcial, de modo que a competência territorial para a ação de dissolução parcial de sociedade é do foro do lugar onde está a sede da sociedade, quando ela for ré (art. 53, III, “a” do CPC/15). Na hipótese em que a ação de dissolução parcial é proposta pela sociedade, competente é o foro do domicílio do réu (art. 46 do CPC/15). Por não se tratar de competência absoluta, o contrato social pode dispor de modo diverso, mediante negociação processual típica, prevalecendo, então, o foro de eleição estabelecido por convenção dos sócios.¹⁶

Nas disposições que regulam o procedimento do inventário e partilha há previsão no sentido de que o juiz que preside o feito deve determinar a apuração de haveres, se o autor da herança era sócio de sociedade que não anônima (art. 620, § 1º, II, do CPC/15). Veja que determinar que se proceda a apuração de haveres não é sinônimo de a apuração de haveres ser realizada perante o juízo do inventário¹⁷.

¹⁴ Art. 1º. O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código. (BRASIL, 2015)

¹⁵ Art. 601. Os sócios e a sociedade serão citados para, no prazo de 15 (quinze) dias, concordar com o pedido ou apresentar contestação.

Parágrafo único. A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada. (BRASIL, 2015)

¹⁶ A despeito de versar sobre caso em que se pretendia a dissolução total da sociedade, confira-se: - 1. Mesmo que algum dos réus não figure no contrato social cuja dissolução judicial se pretende, deve submeter-se ao foro eleito para tanto. Prevalece, portanto, a regra do art. 111 do CPC sobre a prevista no § 4º do art. 94 do CPC. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.500.658/RJ*. Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 24 de fevereiro de 2015.

- Sociedade limitada. Contrato social. Cláusula de eleição de foro. 1. Nem no regime anterior nem no novo regime do Código Civil há qualquer disposição que impeça os sócios das sociedades limitadas de estabelecer cláusula de eleição do foro para dirimir suas desavenças. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 684.760/AM*. Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 17 de maio de 2007.

¹⁷ LIMA, Thiago Asfor Rocha. Aspectos processuais da apuração de haveres *post mortem* e o novo código de processo civil. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário II: adaptado ao novo CPC – Lei nº 13.105/2015*. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 812.

Em havendo consenso entre o espólio e herdeiros do sócio falecido com os demais sócios remanescentes e com a própria sociedade, não há óbice algum a que o próprio magistrado que preside o processo de inventário decida sobre a matéria, depois de realizada perícia especificamente voltada à determinação dos haveres.

Se, por outro lado, existir controvérsia em relação aos haveres correspondentes à participação do *de cuius* no capital social da sociedade, deve a questão ser remetida para as vias ordinárias, já que a matéria extrapolaria os limites da cognição admissível no âmbito do processo de inventário (art. 612 do CPC/15). Na hipótese de existir vara especializada em matéria de sucessões, remeter a questão “para as vias ordinárias” (art. 612 do CPC/15) significa promover a demanda de dissolução parcial de sociedade perante o juízo cível (ou outro juízo especializado) competente, e não propor essa ação de dissolução parcial perante o juízo com competência especializada em matéria de sucessões,¹⁸ na medida em que a existência de conexão, como cediço, tem o condão de modificar apenas a competência relativa (art. 54 do CPC/15).

De idêntico modo, não obstante exista evidente causa de conexão entre a ação de dissolução parcial e a ação de divórcio e partilha do patrimônio do casal, é certo que se na comarca existirem ao mesmo tempo juízo cível e juízo de família, este último não detém competência para processar e julgar a ação de dissolução parcial. Considerando, então, que as premissas jurídicas são as mesmas em relação à ação de inventário e partilha, a conclusão também não é diferente quando se está diante da necessidade de dissolução parcial de sociedade em virtude de rompimento de vínculo de casamento ou união estável. O juízo especializado de família não tem competência para proceder à apuração de haveres, devendo a questão ser submetida ao juízo com competência material para apreciá-la como questão principal.

4. Pronunciamento que decreta a dissolução parcial e que determina a apuração de haveres

4.1. Natureza

18 Em sentido contrário: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.438.576/SP*. Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 23 de outubro de 2014.

O comando decisório que determina a apuração de haveres tem carga preponderantemente condenatória. Reconhece o *an debeatur*, cuja quantificação constitui exatamente o objeto da fase seguinte de liquidação. Sobre o assunto não existe controvérsia.

Dissenso sempre existiu, sim, em torno da natureza do comando decisório que decreta a dissolução, se declaratório ou constitutivo.¹⁹ A preponderância da carga declaratória ou constitutiva variará, quer-nos parecer, conforme a causa apontada para pretender a dissolução.

O CPC/15 regulamenta a matéria, buscando com isso colocar ponto final na discussão. Na grande parte das hipóteses, seja na dissolução decorrente do falecimento de um dos sócios, seja no caso de retirada imotivada, no caso de recesso, e de exclusão extrajudicial, a decisão terá efeito preponderantemente declaratório. Em todos estes casos, a decisão que decreta a dissolução limita-se a certificar a resolução que já ocorreu.

Em se tratando, contudo, de dissolução decorrente de retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado, ou de exclusão judicial de sócio, o seu termo se confunde com o trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade.²⁰ A decisão, então, assume caráter preponderantemente constitutivo.

4.2. Conteúdo

¹⁹ Lucon, por exemplo, associa a natureza constitutiva da decisão à existência de controvérsia entre as partes em torno da pretensão de dissolução, independentemente da causa. Assim, afirma: “se a divergência atinge os sócios com relação a própria dissolução, bem como com relação ao valor dos haveres, verifica-se a pretensão resistida integral e o conseqüente interesse processual no pedido de dissolução”. LUCON, Paulo Henrique dos Santos; SILVA, João Paulo Hecker da. Dissolução parcial de sociedade anônima fechada. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012., 989. “Dito isso, as conseqüências serão outras, a saber: i) eficácia ex nunc do provimento jurisdicional, valendo dizer que a sociedade está dissolvida desde o decreto judicial de dissolução, que pode ocorrer por meio de sentença ou acórdão;”. Este é também o entendimento esposado por Yarshell (2007).

²⁰ - “Em caso de ação de dissolução parcial de sociedade fundada, inicialmente, em exclusão do sócio por quebra da *affectio societatis*, mas em que é realizado acordo judicial para o efetivo desligamento do sócio retirante anos após a data de ingresso da ação, a data-base para apuração dos haveres deverá ser a data do acordo celebrado entre as partes.” BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.286.708/PR*. Rel. Ministra Nancy Andrighi, 27 de maio de 2014.

No caso em questão, as circunstâncias fáticas revelam que a demanda fora proposta com fundamento na quebra da *affectio societatis*, razão pela qual pretendia o autor a exclusão do sócio que figurou na demanda como réu. Revela ainda que por quase 3 (três) anos depois de proposta a demanda o réu continuou na administração conjunta das empresas, até que se ultimou acordo culminando em seu efetivo desligamento das empresas. A partir de tais premissas, concluiu-se no julgado que a data-base para apuração dos haveres seria a data da efetiva retirada do sócio réu.

4.2.1. Fixação do termo inicial do desfazimento da sociedade

Ao decretar a dissolução parcial da sociedade, o juiz deve, nos termos do art. 604, I, do CPC/15,²¹ visando a otimização da fase seguinte de apuração de haveres, fixar a data da resolução da sociedade, atentando-se naturalmente ao que expressa o art. 605.²² Mesmo quando na demanda existe apenas a formulação do pedido de apuração de haveres, deve o juiz, atendendo ao disposto no art. 604, proferir decisão, entre outros termos, fixando a data que constitui o termo inicial da resolução (veja-se, a respeito, o item 4.3 infra).

Assim, no caso de falecimento do sócio, considera-se a data do óbito como a do desfazimento da sociedade; na retirada imotivada, o desfazimento é considerado ocorrido no sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;²³ no recesso, tem-se por desfeito o vínculo societário no dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente; e na exclusão extrajudicial, dissolve-se a sociedade na data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado.²⁴ Por outro turno, na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial considera-se dissolvida a sociedade quando verificado o trânsito em julgado da decisão que a decretar.

²¹ Art. 604. Para apuração dos haveres, o juiz:

I - fixará a data da resolução da sociedade; (BRASIL, 2015)

²² Art. 605. A data da resolução da sociedade será:

I - no caso de falecimento do sócio, a do óbito;

II - na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;

III - no recesso, o dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente;

IV - na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e

V - na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado. (BRASIL, 2015)

- (Enunciado nº 13 da Jornada de Direito Comercial) A decisão que decretar a dissolução parcial da sociedade deverá indicar a data de desligamento do sócio e o critério de apuração de haveres.

²³ - Direito societário. Recurso especial. Dissolução parcial de sociedade limitada por tempo indeterminado. Retirada do sócio. Apuração de haveres. Momento. A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade de se retirar da sociedade limitada estabelecida por tempo indeterminado. Quando o sócio exerce o direito de retirada de sociedade limitada por tempo indeterminado, a sentença apenas declara a dissolução parcial, gerando, portanto, efeitos *ex tunc*. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 646.221/PR*. Rel. p/ acórdão Ministra Nancy Andrighi, 19 de abril de 2005.

- A data-base para apuração dos haveres coincide com o momento em que o sócio manifestar vontade de se retirar da sociedade limitada estabelecida por tempo indeterminado. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.371.843/SP*. Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 20 de março de 2014.

²⁴ - (Enunciado nº 62 da Jornada de Direito Civil) Com a exclusão do sócio remisso, a forma de reembolso das suas quotas, em regra, deve-se dar com base em balanço especial, realizado na data da exclusão.

A identificação deste termo tem importância não apenas por servir de baliza para a quantificação da quota do sócio retirante, que deve ser liquidada considerando a situação patrimonial da sociedade *à data da resolução*, salvo disposição contratual contrária (art. 606 do CPC/15 e art. 1.031, *caput*, do CC/02), como também para a identificação dos limites da responsabilidade do sócio retirante, tanto para com a sociedade quanto para com terceiros.²⁵

Quando o sócio é declarado falido, ou quando tem sua quota liquidada em execução promovida por credor particular seu (art. 1.026, p. ún, do CC/02),²⁶ sua exclusão da sociedade se dá de pleno direito (art. 1.030, p. ún., do CC/02).²⁷ Em relação a tais hipóteses, olvidou-se o CPC/15 de estabelecer o termo inicial da resolução. A nosso sentir, no caso da falência, a resolução deve ser considerada como ocorrida no termo legal fixado na sentença, o qual não pode ser retrotraído por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, nos termos do art. 99, II, da Lei 11.105/2005.²⁸ Quando deferida a liquidação da quota em execução, este termo deve coincidir com a publicação da decisão que acolhe tal requerimento.²⁹

4.2.1.1. Participação nos lucros ou juros sobre capital próprio. Remuneração do administrador.

²⁵ Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação. (BRASIL, 2002)

²⁶ Art. 1.026. O credor particular de sócio pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade, ou na parte que lhe tocar em liquidação.

Parágrafo único. Se a sociedade não estiver dissolvida, pode o credor requerer a liquidação da quota do devedor, cujo valor, apurado na forma do art. 1.031, será depositado em dinheiro, no juízo da execução, até noventa dias após aquela liquidação. (BRASIL, 2002)

²⁷ Art. 1.030. Parágrafo único. Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026. (BRASIL, 2002)

²⁸ Art. 99. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações:

II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados; (BRASIL, 2005)

²⁹ Yarshell e Matos (YARSHELL, F. L. MATOS, F. do A. *Op. Cit.* p. 235) não são assertivos quanto ao tema, sugerindo que este termo coincidissem com o trânsito em julgado da decisão que decretasse a falência ou determinasse a liquidação da quota pelo credor, ou, ainda, o momento em que eventual recurso não tivesse efeito suspensivo. No caso da liquidação da quota, sugerem ainda a data em que os demais sócios procedessem com a alteração do contrato social.

A data considerada como de desfazimento da sociedade permite, ademais, identificar o termo final para fins de participação nos lucros ou nos juros sobre capital próprio declarados pela sociedade, bem como eventual remuneração como administrador, assegurado ao ex-sócio, ao espólio ou aos sucessores (art. 608 do CPC/15).

O art. 608 do CPC/15, ao tratar de tal matéria, nitidamente exprime regra de natureza material, que veio a suprir lacuna que ensejava, até então, acirradas controvérsias. Trata-se de regra heterotópica, que disciplina direitos subjetivos materiais do retirante ou de seus sucessores, os quais lhes devem ser assegurados ao lado dos haveres apurados. Veja que o direito à participação nos lucros, o direito aos juros sobre o capital próprio, e o direito do sócio administrador ao *pro labore* não guardam relação com os haveres apurados e devidos ao sócio retirante ou seus sucessores pela liquidação de sua participação no capital social.

Não obstante tais valores (participação nos lucros, direito aos juros sobre o capital próprio, e o direito do sócio administrador ao *pro labore*) digam respeito a pretensões autônomas, o texto do art. 608 permite concluir que a identificação de saldos desta natureza em favor do ex-sócio devem ser pagos juntamente com o valor devido pela liquidação de suas quotas, assim como, de outro turno, a sociedade pode pretender indenização compensável (art. 602 do CPC/15).

4.2.1.2. Correção monetária e juros sobre valores apurados

Depois da data em que considerado ocorrido o desfazimento da sociedade, o ex-sócio, o espólio ou os sucessores possuem direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais. É o que, em termos literais, dispõe o parágrafo único do art. 608 do CPC/15: “Após a data da resolução, o ex-sócio, o espólio ou os sucessores terão direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais”.

Isso não significa dizer que a data do desfazimento do vínculo constitui o termo inicial da incidência dos juros contratuais ou legais. O dispositivo quer apenas ressaltar que depois de ocorrido o termo do desfazimento, o ex-sócio, os sucessores ou o espólio não

mais possuem direito a participação nos lucros e direito aos juros sobre o capital próprio. Ora, se existe a necessidade de se proceder a atividade de liquidação para se apurar a quantia devida ao ex-sócio, seu espólio ou sucessores, não é possível, antes disso, admitir-se a incidência de juros. Enquanto não procedida a quantificação da obrigação, não há a possibilidade nem de o credor exigir-la nem de o devedor saldá-la. Seria, portanto, um contrassenso fazer incidir juros sobre a quantia desde antes de sua concreta determinação. Assim, parece-nos que não existe antinomia entre a regra do parágrafo único do art. 608 do CPC/15 e aquela do art. 1.031, § 2º do CC/02.³⁰

4.2.2. Definição do critério de apuração dos haveres

Além de identificar o termo inicial do desfazimento do vínculo societário, deve o juiz na decisão definir o critério de apuração dos haveres.³¹ Em um primeiro momento, deve-se atentar para o quê o contrato social dispõe a respeito, em atenção à autonomia da vontade das partes (art. 1.031 do CC/02).^{32,33}

Destaque-se, no entanto, que o STJ vinha entendendo, antes da entrada em vigor do CPC/15 (STJ, REsp 1.335.619/SP), que mesmo que o contrato social estabeleça um critério de apuração de haveres, pode o órgão jurisdicional deixar de aplicá-lo isoladamente, se de

³⁰ Em sentido contrário, considerando de maneira genérica a data da citação como termo inicial dos juros incidentes sobre o montante da condenação: - Na ação de apuração de haveres resultante de dissolução parcial da sociedade, os juros incidentes sobre o montante da condenação fluem a partir da citação inicial. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 564.711/RS*. Rel. Ministro Ari Pargendler, 27 de junho de 2007.

³¹ - (Enunciado nº 13 da Jornada de Direito Comercial) A decisão que decretar a dissolução parcial da sociedade deverá indicar a data de desligamento do sócio e o critério de apuração de haveres.

³² Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. (BRASIL, 2002)

³³ “A princípio, não se pode utilizar o balanço do exercício, na medida em que este se destina a finalidade restrita de apuração dos resultados da gestão social naquele exercício. Todavia, a autonomia da vontade permite que os próprios sócios convençionem a utilização do balanço do exercício, haja vista que a livre manifestação da vontade das partes é válida, e nesse particular não está eivada de qualquer vício.” TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário, volume 1*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 319.

- A apuração de haveres - levantamento dos valores referentes à participação do sócio que se retira ou que é excluído da sociedade - se processa da forma prevista no contrato social, uma vez que, nessa seara, prevalece o princípio da força obrigatória dos contratos, cujo fundamento é a autonomia da vontade, desde que observados os limites legais e os princípios gerais do direito. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.239.754/RS*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 15 de maio de 2012.

algum modo afronte o princípio da preservação da empresa e a situação de igualdade entre os sócios. Ante tal entendimento, o critério estabelecido no contrato social somente prevalece no caso concreto se houver concordância das partes com o resultado obtido na apuração.³⁴ Buscar-se-ia, então, uma melhor metodologia de liquidação, aplicando-se a cláusula contratual tão somente no que diz respeito ao modo de pagamento.

Diante de uma situação de omissão do contrato social no que diz respeito à matéria, ou numa situação de não estabelecimento de consenso em relação ao resultado alcançado a partir do critério convencionado contratualmente, deve o magistrado se socorrer do critério legal para a apuração de haveres. *E na determinação de tal critério, o Código de Processo se aproxima em parte do que preceitua o Código Civil sobre o tema (art. 1.031 do CC/02), para indicar o valor patrimonial das quotas apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução, mediante a avaliação dos bens e direitos*

³⁴ - Na dissolução parcial de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o critério previsto no contrato social para a apuração dos haveres do sócio retirante somente prevalecerá se houver consenso entre as partes quanto ao resultado alcançado. Em caso de dissenso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que o balanço de determinação é o critério que melhor reflete o valor patrimonial da empresa. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.335.619/SP*. Rel. p/ acórdão Ministro João Otávio de Noronha, 03 de março de 2015.

- Apesar da prevalência conferida aos critérios estabelecidos no contrato social para a apuração dos haveres, em determinadas situações estes podem ser afastados. *In casu*, apesar de reconhecer a existência de cláusula contratual específica, acabou o acórdão por afastar a sua incidência, justamente diante da situação peculiar do ingresso do autor na sociedade, de sua permanência por cerca de 3 anos como sócio, e os alegados desvios de valores, o que surtiria efeitos diretamente na apuração dos haveres. De fato, o direito civil não tolera o abuso do direito em dispositivo do contrato social - cláusula leonina - que venha a gerar o enriquecimento sem causa em detrimento de um dos sócios, seja por depor contra o preceito ideológico do justo equilíbrio, seja por refletir situação demasiadamente distante da apuração real dos bens da sociedade. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.444.790/SP*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 24 de agosto de 2014. De se registrar a crítica registrada pela doutrina quanto a esta ingerência do Judiciário na autonomia privada dos sócios: “As razões, contudo, que levam os sócios a escolherem, para fins de apuração de haveres, critério de *sub-avaliação* ou de *sobre-avaliação* das quotas, dizem respeito somente a eles. Se não contrataram critério desvinculado da condição patrimonial e econômica da sociedade, chegaram a solução *razoável* para os seus interesses, por razões que somente a eles cabe aferir. O que não se pode admitir, por contrário à moral, à lei e ao direito, por incompatível com o regular funcionamento da economia, é o sócio, ao celebrar o contrato social, concordar com um determinado *critério razoável*, e, chegada a hora da apuração de haveres, pretender a aplicação de *critério razoável diverso*, não contratado, apenas por pensar que o beneficiaria mais.” (COELHO, Fabio Ulhoa. Apuração de haveres na sociedade limitada. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 200-201). Assim, entre critérios razoáveis, deve-se atender ao critério razoável inicialmente pactuado pelas partes, e não um outro que qualquer delas venha a futuramente entender como melhor. Diferentemente acontece se o critério pactuado, porquanto irrazoável, coloca em risco a própria sobrevivência da empresa. Se o Judiciário ignora o caráter lesivo que o critério de apuração pactuado possa acarretar à sociedade, acaba por se ter subvertido o princípio, subjacente à dissolução parcial, da preservação da empresa.

do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma (art. 606 do CPC/15).³⁵

Ao diferenciar a avaliação pelo valor patrimonial da avaliação pelo valor econômico, Coelho conclui:

“em primeiro lugar, pode-se avaliá-la privilegiando-se a história da sociedade, ou seja, o que ela amealhou, em seu patrimônio, em razão da atividade econômica explorada até o momento da dissolução. Nesse caso, faz-se mensuração do *valor patrimonial* das quotas. Outra forma de avaliação mira o futuro, e procura estimar quanto a sociedade tende a gerar de lucros aos seus sócios num determinado horizonte temporal. É feita, então, a mensuração do valor econômico das quotas.” Em momento seguinte, apresenta duas conclusões: i. quando a negociação é realizada entre partes racionais e livres, há tendência de à participação societária ser atribuído preço que se aproxime de seu valor econômico; ii. quando se está, contudo, diante de fato jurídico de natureza não contratual que enseja a dissolução parcial (retirada, exclusão, morte) a avaliação pelo valor econômico não se mostra o mais apropriado “por conduzir a

³⁵ - Na sociedade constituída por sócios diversos, retirante um deles, o critério de liquidação dos haveres, segundo a doutrina e a jurisprudência, há de ser, utilizando-se o balanço de determinação, como se tratasse de dissolução total. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 35.702/SP*. Rel. Ministro Waldemar Zveiter, 27 de setembro de 1993.

- Admitida que seja a dissolução parcial em atenção à conveniência da preservação do empreendimento, dar-se-á ela mediante forma de liquidação que a aproxime da dissolução total. Nesse caso, deve ser assegurada ao sócio retirante situação de igualdade na apuração de haveres, fazendo-se esta com a maior amplitude possível, com a exata verificação, física e contábil, dos valores do ativo. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 89.464/SP*. Rel. p/ acórdão Min. Décio Miranda, 12 de dezembro de 1978.

- De acordo com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o fundo de comércio (hoje denominado pelo Código Civil de estabelecimento empresarial - art. 1.142) deve ser levado em conta na aferição dos valores eventualmente devidos a sócio excluído da sociedade. O fato de a sociedade ter apresentado resultados negativos nos anos anteriores à exclusão do sócio não significa que ela não tenha fundo de comércio. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 907.014/MS*. Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, 11 de outubro de 2011.

- O fundo de comércio integra o montante dos haveres da sociedade empresária quando da exclusão de sócio. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial nº 78.175/MS*. Rel. Ministro Raúl Araújo, 01 de setembro de 2015.

- Na dissolução de sociedade comercial, a apuração de haveres no caso de sócio retirante deve ser feita como se de dissolução total se tratasse, evitando locupletamento indevido dos sócios remanescentes. Declarando o perito judicial que mencionou a marca HSM como componente de fundo de comércio, não há como se fazer ilação para afirmar que, não registrada no INPI a referida marca, direito a ela não teria o sócio-retirante. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 453.476/GO*. Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, 01 de setembro de 2005.

- O fluxo de caixa descontado, por representar a metodologia que melhor revela a situação econômica e a capacidade de geração de riqueza de uma empresa, pode ser aplicado juntamente com o balanço de determinação na apuração de haveres do sócio dissidente. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.335.619/SP*. Rel. p/ acórdão Ministro João Otávio de Noronha, 03 de março de 2015.

distorções irremediáveis nos fundamentos econômicos da própria figura do investimento em atividade econômica.”³⁶

O valor patrimonial, de seu turno, comporta basicamente três diferentes categorias, as quais são definidas e delimitadas a partir do balanço utilizado para o encontro do patrimônio líquido, são elas: (i) contábil, (ii) contábil em data presente, e (iii) real. Os tribunais já vinham considerando, para fins de apuração de haveres, a utilização do valor patrimonial real, mediante balanço de determinação, que é demonstração contábil específica que trabalha com uma simulação da dissolução total da sociedade.³⁷ Ainda conforme Coelho:

“no balanço de determinação, é feita uma simulação da realização de todos os bens do ativo e da satisfação do passivo social, para mensurar quanto seria o acervo líquido da sociedade, caso ela fosse totalmente dissolvida e liquidada naquela data”.

³⁶ Assentindo com esta conclusão, a partir de uma análise fundada na teoria dos jogos, Garcia (2013, p. 322) discorre: “A avaliação das quotas pelo critério econômico no caso de dissolução parcial não é a mais apropriada. O valor encontrado corresponderia ao lucro gerado no futuro em virtude da titularidade das quotas sem que eventuais riscos da atividade econômica fossem agregados.”

³⁷ A construção tem como precedente primevo, que dista do ano de 1978, o recurso extraordinário nº 89.464/SP, de relatoria do Ministro Décio Miranda, ementado nos termos seguintes: - COMERCIAL. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA. PEDIDA A DISSOLUÇÃO TOTAL POR SÓCIO DISSIDENTE, NÃO É POSSÍVEL, EM PRINCÍPIO, DECRETAR A DISSOLUÇÃO PARCIAL, COM SIMPLES APURAÇÃO CONTÁBIL DOS HAVERES DO AUTOR. ADMITIDA QUE SEJA A DISSOLUÇÃO PARCIAL EM ATENÇÃO À CONVENIÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, DAR-SE-Á ELA MEDIANTE FORMA DE LIQUIDAÇÃO QUE A APROXIME DA DISSOLUÇÃO TOTAL. NESSE CASO, DEVE SER ASSEGURADA AO SÓCIO RETIRANTE SITUAÇÃO DE IGUALDADE NA APURAÇÃO DE HAVERES, FAZENDO-SE ESTA COM A MAIOR AMPLITUDE POSSÍVEL, COM A EXATA VERIFICAÇÃO, FÍSICA E CONTÁBIL, DOS VALORES DO ATIVO. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 89.464/SP*. Rel. p/ acórdão Min. Décio Miranda, 12 de dezembro de 1978. Para Lucon e Silva (LUCON, Paulo Henrique dos Santos; SILVA, João Paulo Hecker da. Dissolução parcial de sociedade anônima fechada. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 605-606), em posicionamento defendido antes da entrada em vigor do CPC/15, portanto a um tempo em que a legislação era omissa no tocante à fórmula de apuração de haveres, na dissolução parcial de sociedade anônima a apuração dos haveres deveria seguir a sistemática prevista no art. 45 da Lei 6.404/76 para a hipótese de recesso. Afirmam: “não se pode partir da mesma premissa que permeou a solução dada às Limitadas porque elaborada sob a égide de uma omissão legal a respeito da forma de cálculo e pagamento de haveres. Além disso, a apuração de haveres como dissolução total fosse constitui uma ficção jurídica e não reflete uma realidade de fato, que é a continuação das atividades da sociedade. Por outro lado, o art. 45 da Lei das S/A, quando disciplinou o pagamento do reembolso do valor das ações no recesso, não se pode negar, contemplou essa hipótese. É por isso que essa sistemática parece ser mais realista e justa no âmbito da dissolução parcial das Sociedades Anônimas.”

Dissemos que o critério estabelecido pelo CPC/15 se aproxima em parte daquele previsto no CC/02, pois, a despeito de o CPC/15 indicar o valor patrimonial apurado em balanço de determinação como critério para aferição do valor das quotas, prevê que na avaliação dos bens e direitos devam ser considerados igualmente aqueles intangíveis,³⁸ o que, em alguma medida, por levar em consideração a capacidade de a empresa gerar renda, remete para o critério de avaliação pelo valor econômico.³⁹

4.2.3. Nomeação de perito

Para a avaliação dos bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, e também do passivo da sociedade, faz-se necessária, muitas vezes, a nomeação de perito. Se a determinação se der por avaliação econômica, ainda com mais razão a contribuição do perito se mostra relevante. Aqui na dissolução parcial não se faz o caso, como sucede na dissolução total, da nomeação de liquidante, que atua como um administrador judicial.

O magistrado deve ter o cuidado de procurar nomear perito que tenha expertise em avaliação de sociedades, atentando, em todos os seus aspectos, para o regramento da produção da prova pericial, prevista entre os arts. 464 a 480 do CPC/15, inclusive a que diz respeito à nomeação de mais de um perito, em vista da complexidade da perícia exigida no caso.

³⁸ Para Waisberg e Kugler (WAISBERG, Ivo; KUGLER, Herbert Morgenstern. Apuração de haveres da dissolução parcial envolvendo grupo de sociedades. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário III*. São Paulo: Quartier Latin, 2018, p. 333), além de ativos tangíveis e intangíveis e o goodwill, o balanço de determinação deve ainda “refletir os passivos que ordinariamente não são considerados no balanço, como o passivo oculto e os passivos contingentes.”

³⁹ Esta é questão que nunca ficou imune de críticas. Em abordagem sobre a consideração do fundo de comércio (aviamento) na apuração de haveres, Mendes (MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. Apuração de haveres na retirada do sócio e fundo de comércio (aviamento). In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 664-665) anota: “Parece-me que esse entendimento contraria a função da apuração dos haveres afirmada doutrinária e jurisprudencialmente, que consiste no pagamento da participação do sócio no acervo patrimonial da sociedade. Ao se incluir o elemento de percepção econômica (aviamento), está-se transferindo ao sócio retirante um valor potencial que não está sendo pago por terceiros. O que ocorre, efetivamente, é subtração maior do patrimônio em benefício do sócio retirante. Em se admitindo essa possibilidade, já um potencial prejuízo a credores e aos próprios sócios remanescentes. No primeiro caso, porque o pagamento poderá implicar em uma redução patrimonial que afete o capital social, para além da decorrente da liquidação das quotas do sócio retirante – o que violaria o princípio da intangibilidade do capital social. No segundo, o acervo patrimonial da sociedade, a qual eles têm direito, será reduzido desproporcionalmente em favor do sócio que se retira. Esse mesmo fundamento permite concluir pelo prejuízo à própria sociedade, que terá uma redução no seu patrimônio, destinado ao exercício da sua atividade empresarial.”

4.2.4. Determinação para depósito da parte incontroversa

Exatamente porque o autor já pode trazer em seu requerimento de apuração de haveres a indicação de valor inicial e mínimo que reputa lhe seja devido, e exatamente porque os réus podem igualmente argumentar com a indicação de valor que reputam seja devido pelas quotas do sócio retirante, é que, antes mesmo de realizada a perícia e determinado em definitivo o valor correspondente às quotas do sócio retirante, possibilita-se o depósito em juízo da parte incontroversa dos haveres devidos.

É certo que ao determinar o pagamento da quantia incontroversa, deve o juiz, em primeiro, atentar para os critérios estabelecidos no contrato social, tanto quanto ao modo como sobre a forma de pagamento. Não por outra razão o CPC/15 prevê que se o contrato social dispõe sobre o pagamento dos haveres, devem tais disposições ser observadas também no que diz respeito ao depósito judicial da parte incontroversa. Na medida em que realizado o depósito, pode o ex-sócio, o espólio ou os sucessores proceder, desde logo, ao levantamento do valor.

Não se pode descurar, de outro turno, da possibilidade de o contrato social prever que o pagamento das quotas do sócio retirante, quando judicializada a questão, não poder ser paga antecipadamente por força de uma eventual ausência parcial de controvérsia, em verdadeiro negócio processual o qual obriga o magistrado (art. 190 do CPC/15).

4.3. Decisão no procedimento em que se pretende apenas a apuração dos haveres

Quando a pretensão do autor é exclusivamente voltada à apuração dos haveres, o processo não passa pela primeira fase, voltada mais diretamente à verificação do direito à dissolução. Conseqüentemente, não há um pronunciamento que antecede a fase de liquidação.

Para a atividade de liquidação ocorrer de maneira eficiente e produtiva é indispensável, contudo, que haja um direcionamento do juiz ao perito, no sentido de não

apenas apontar a data a ser considerada como termo inicial do desfazimento da sociedade, bem como o critério a ser utilizado na apuração dos haveres.

É preciso, então, que o juiz profira decisão com este conteúdo. Não nos parece, contudo, que deva fazê-lo de plano, ao receber a inicial. Em atenção ao contraditório e à regra da não surpresa, o réu deve ser citado para, querendo, contestar o pedido, e somente em seguida, depois de realizadas as providências preliminares, ou não sendo o caso das mesmas, deve o juiz proferir decisão pela qual, além de nomear o perito, aponta o termo inicial do desfazimento da sociedade, e define o critério a ser utilizado na apuração dos haveres.

5. Conclusão

À guisa de conclusão, podemos afirmar que:

(i) o princípio da preservação da empresa, de assento constitucional, subjaz na construção legal do procedimento da dissolução parcial da empresa, devendo outrossim servir de pauta para o intérprete quando da construção das normas procedimentais respectivas;

(ii) em atenção ao princípio da preservação da empresa, à regra da interpretação do pedido em conformidade com o conjunto da postulação, e à imposição que se coloca ao juiz de, quando da aplicação do ordenamento jurídico, atender aos fins sociais, com observância da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, e da eficiência, é de se admitir a concessão judicial da dissolução parcial, conquanto deduzido pedido tão somente pedido de dissolução total, muito especialmente quando o réu sinaliza em contestação quanto à relevância na manutenção da atividade da empresa;

(iii) a competência para o processamento e o julgamento da ação de dissolução parcial é do foro do domicílio do réu:

(iv) figurando a sociedade empresária no polo passivo da ação de dissolução parcial, competente é o foro do lugar onde está a sua sede;

(v) a existência de conexão entre a ação de dissolução parcial e a ação de inventário e partilha ou entre a ação de dissolução parcial e a ação de divórcio e partilha não gera a

reunião de processos perante o mesmo juízo, se existir vara especializada, respectivamente, de órfãos e sucessões ou de família;

(vi) o comando decisório que determina a apuração de haveres tem carga preponderantemente condenatória, enquanto que aquele pelo qual se decreta a dissolução tem carga ora declaratória ora constitutiva, tudo a depender da causa apontada para se pretender a dissolução;

(vii) o pronunciamento que decreta a dissolução parcial e determina a apuração de haveres possui conteúdo vário: (vii.i) assim, fixa a data que constitui o termo inicial da resolução da sociedade, (vii.ii) define o critério de apuração dos haveres, (vii.iii) nomeia perito, e (vii.iv) determina o depósito da quantia incontroversa; e

(viii) quando a pretensão do autor é exclusivamente voltada à apuração dos haveres, deve o juiz proferir decisão que possibilite a realização de atividade de liquidação de maneira eficiente e produtiva, o que, contudo, só deve ocorrer depois de oportunizado o contraditório ao réu.

6. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fabio Caldas de. Ação de dissolução parcial de sociedade no novo CPC. *Revista de Direito Recuperacional e Empresa*, vol. 5/2017. Jul - Set, DTR\2017\5717.
- BARBOSA, Leonardo Garcia. Teoria dos jogos e fechamento de empresas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 50, n. 197, p. 317-329, jan./mar. 2013.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 507.490/RJ*. Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, 19 de setembro de 2006.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 49.336/SP*. Rel. Ministro Waldemar Zveiter, 29 de agosto de 1994.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 61.278/SP*. Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, 25 de novembro de 1997.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.500.658/RJ*. Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, 24 de fevereiro de 2015.

- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 684.760/AM*. Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, 17 de maio de 2007.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.438.576/SP*. Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 23 de outubro de 2014.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.286.708/PR*. Rel. Ministra Nancy Andrichi, 27 de maio de 2014.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 646.221/PR*. Rel. p/ acórdão Ministra Nancy Andrichi, 19 de abril de 2005.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.371.843/SP*. Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 20 de março de 2014.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 564.711/RS*. Rel. Ministro Ari Pargendler, 27 de junho de 2007.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.239.754/RS*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 15 de maio de 2012.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.335.619/SP*. Rel. p/ acórdão Ministro João Otávio de Noronha, 03 de março de 2015.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 1.444.790/SP*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 24 de agosto de 2014.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 35.702/SP*. Rel. Ministro Waldemar Zveiter, 27 de setembro de 1993.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 907.014/MS*. Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, 11 de outubro de 2011.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial nº 78.175/MS*. Rel. Ministro Raúl Araújo, 01 de setembro de 2015.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº 453.476/GO*. Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, 01 de setembro de 2005.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 89.464/SP*. Rel. p/ acórdão Min. Décio Miranda, 12 de dezembro de 1978.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial, volume 1: direito de empresa*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial, volume 2: direito de empresa*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COELHO, Fábio Ulhoa. A ação de dissolução parcial de sociedade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 48, n. 190, t. 1, p. 141-155, abr./jun. 2011.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Apuração de haveres na sociedade limitada. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- COELHO, Fábio Ulhoa. A dissolução de sociedades no código de processo civil. *Processo societário III*. Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). São Paulo: Quartier Latin, 2018.
- FERREIRA NETO, Ermiro. Notas sobre o procedimento de dissolução parcial de sociedade no novo Código de Processo Civil à luz do direito material. In: Fredie Didier Júnior; Marcos Ehrardt Júnior; Rodrigo Mazzei. (Org.). *Coleção Repercussões do Novo CPC*. 1ed. Salvador: Podivm, 2016, v. 14, p. 437-460.
- LIMA, Thiago Asfor Rocha. Aspectos processuais da apuração de haveres *post mortem* e o novo código de processo civil. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário II: adaptado ao novo CPC – Lei nº 13.105/2015*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos. “Dissolução parcial” e apuração de haveres. In: Luiz Fernando Martins Kuyven (Coord.). *Temas essenciais de direito empresarial: Estudos em homenagem a Modesto Carvalhosa*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos; SILVA, João Paulo Hecker da. Dissolução parcial de sociedade anônima fechada. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. A dissolução parcial de sociedade no código de processo civil de 2015: pretensões veiculáveis, sociedades alcançadas e legitimidade. *Revista de Processo*, v. 282, p. 383-407, 2018.
- MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. A dissolução parcial de sociedade no código de processo civil de 2015: pretensões veiculáveis, sociedades alcançadas e legitimidade. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). *Processo*

civil contemporâneo: homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 511-527.

- MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. Apuração de haveres na retirada do sócio e fundo de comércio (aviamento). In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- ROSSONI, Igor Bimkowski. O procedimento de dissolução parcial de sociedade no PL 166/2010 (novo Código de Processo Civil). In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- ROVAI, Armando; SALLES JR., Paulo Sérgio Nogueira. Dos novos paradigmas da ação de dissolução parcial de sociedade e a necessidade de uniformização das decisões judiciais. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 75/2017, p. 117 – 128, Jan – Mar, 2017 DTR\2017\490.
- THEODORO JÚNIOR Humberto. *Curso de direito processual civil – procedimentos especiais, vol. II*. 50. ed. rev., atual., e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário, volume 1*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- WAISBERG, Ivo; KUGLER, Herbert Morgenstern. Apuração de haveres da dissolução parcial envolvendo grupo de sociedades. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário III*. São Paulo: Quartier Latin, 2018.
- YARSHELL, Flávio Luiz; MATOS, Felipe do Amaral. O procedimento especial de dissolução (parcial) de sociedade no projeto de CPC. In: Flávio Luiz Yarshell; Guilherme Setoguti J. Pereira (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- YARSHELL, Flávio Luiz. Momento de eficácia da sentença que decreta a dissolução parcial de sociedade e manutenção do status de sócio até pagamento dos haveres. Disponível em: <http://www.cartafortense.com.br/conteudo/colunas/momento-de-eficacia-da-sentenca-que-decreta-a-dissolucao-parcial-de-sociedade-e-manutencao-do-status-de-socio-ate-pagamento-dos-haveres>. Acesso em 13 de abril de 2020.